

## INTRODUÇÃO: O CAMPO DA COMUNICAÇÃO NO ESPAÇO GEO-POLÍTICO-CULTURAL DE LÍNGUA PORTUGUESA

A edição de 2023/2024 do Anuário da Lusocom pretendeu reunir pesquisas de referência na área das ciências da comunicação dos países e comunidades de cultura e de língua luso-galaico-ásio-afro-brasileira. Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste responderam a este desafio, num total de 13 textos, que têm a chancela editorial da Sopcom — Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Neste volume, juntam-se, por isso, em três partes, contributos que recorrem a quadros teóricos, metodológicos e de pensamento diversificados. Apesar da heterogeneidade original que os caracteriza, é possível perceber uma linha condutora de preocupações onde se entrecem conceitos como “lusofonia”, “decolonialidade”, “resistência”, “comunicação alternativa”, “inclusão” e “tecnologias da informação”.

A abrir a primeira parte, sobre culturas e comunidades, Lurdes Macedo e Nuno Moreira dedicam particular atenção ao pensamento de Jorge de Sena, nas recensões realizadas pelo autor aos livros *Poemas de África*, de António Navarro, e *Ambientes*, de Jorge Barbosa. O texto é uma importante reflexão acerca do pensamento crítico de Jorge de Sena sobre o modo de entender África, antes do final da II Guerra Mundial, compatível, segundo os autores, com uma proposta (inter)cultural de comunidade de língua portuguesa. Não obstante isso, os investigadores da Universidade Lusófona consideram que, embora talvez não tivesse adotado o conceito de “lusofonia”, Jorge de Sena merece constar entre os percussores e as origens da ideia de comunidade de países de língua portuguesa.

Refletindo sobre as potencialidades sociais emancipatórias que podem ser retiradas das tecnologias, Lorena Esteves e Danila Cal mostram um caso onde as comunidades indígenas do Brasil e, em especial, as mulheres, utilizam a internet como forma de construir alternativas de comunicação e uma nova territorialidade de luta pelos seus direitos. As investigadoras da Universidade Federal do Pará (Brasil) apresentam os resultados da pesquisa sobre o modo como as comunidades reterritorializaram, de forma digital, pelo YouTube, o Acampamento Terra Livre, um espaço considerado decisivo para a articulação do Movimento Indígena Brasileiro, como resposta aos problemas de reunião suscitados pela COVID-19. O estudo de caso mobilizou conceitos como os de “decolonialidade” ou de “resistência comunicativa”. Apesar das dificuldades ainda verificadas decorrentes da apropriação destas novas linguagens e das práticas culturais pré-existentes, as autoras concluem que o YouTube permitiu ampliar as vozes das mulheres indígenas para além dos limites físicos dos seus territórios, ultrapassando as fronteiras geográficas, dando-lhes uma projeção global.

A experiência humana como criadora de sentidos simbólicos alternativos através dos *media* é evidenciada por Silvino Lopes Évora, num estudo sobre as rádios comunitárias em Cabo Verde. Em “As Experiências de Mediação Social nas Periferias dos Centros: Das Rádios Comunitárias às Expressões da Arte em Cabo Verde”, sublinha-se o papel destes *media* na criação de formas de comunicação contra-hegemónicas. O investigador da Universidade de Cabo Verde enfatiza que esses processos não se circunscrevem às rádios comunitárias, sendo, no entanto, a sua existência um meio importante para alimentar ativismos sociais e mensagens alternativas no processo de produção do poder simbólico entre o campo e a cidade, os núcleos urbanos e os subúrbios, o mundo dos serviços e o interior empobrecido.

O conceito de “decolonialidade” ressurge como um dos elementos centrais do estudo de Isafas Fuel, Elias Djive e Benilde Matsinhe, da Escola Superior de Jornalismo (Maputo). “Colonialidade do Saber: Uma Leitura das Práticas Discursivas Decoloniais no Programa *Canal Zero*” analisa a forma como os conteúdos sobre práticas de desenvolvimento agrícola são transmitidos, tendo por quadro teórico as teorias da decolonização. Em causa está perceber como as categorias de “vulnerabilidade”, “comunicação contra-hegemónica” e “diálogo de saberes” são efetivamente postas em prática no programa da Televisão de Moçambique. Os autores procuram evidenciar formas de violência epistémica e simbólica nalguns desses conteúdos, alertando para o facto de elas porem em causa o engajamento dos potenciais beneficiários dos programas, por não se identificarem com as causas que estão na sua origem.

O segundo grupo de textos tem como traço agregador a dimensão interventiva das práticas de comunicação. Em “Quando o Outro Fala por Si”, Luiza Henriques e Inesita Araújo analisam a comunicação institucional sobre saúde, destinada à população das favelas, no Brasil. Em particular, procuram verificar como a Fundação Oswaldo Cruz tem ajustado as suas políticas de comunicação de saúde a modelos mais inclusivos de comunicação, a partir de três estudos de caso das epidemias dengue, zica e COVID-19. Se o estudo identifica uma evolução da comunicação no sentido de acolher os pontos de vista das populações visadas, as autoras consideram também que esse é o resultado de um processo mais vasto de qualificação das próprias populações locais em formas diversas, para melhor fazerem ouvir as suas vozes.

Com um enfoque nas dinâmicas da comunicação institucional, Evandro Oliveira faz uma apresentação sobre a teoria da comunicação instigadora e os seus contributos para a compreensão das dinâmicas da comunicação estratégica e do ativismo das organizações não governamentais. Em seu entender, o modelo desafia a linearidade dos processos político-comunicativos, apresentando manifestações omnidirecionais e diacrónicas num contexto de digitalização e virtualização das comunicações. Embora não tenha sido pensada para as organizações não governamentais, o investigador da Universidade Autónoma de Lisboa sublinha a importância da teoria da comunicação instigadora para estas organizações, ao considerar a angariação de fundos como uma função transversal integrada, ao mesmo tempo que fornece contributos sobre os processos de envolvimento com os cidadãos.

Por seu turno, Romaita Gujamo reflete sobre as estratégias de comunicação ambiental na mitigação de desastres naturais em Moçambique, considerado um dos países mais vulneráveis a eventos climáticos extremos. Com base numa abordagem qualitativa e em métodos de pesquisa bibliográfica e documental, a investigadora mostra como as estratégias de comunicação têm sido utilizadas para empoderar as populações locais e ajudá-las a enfrentar os riscos e os desastres climáticos de que têm sido vítimas.

A fechar esta parte, Jefferson Sousa analisa as consequências da plataforma das comunicações e, em particular, do *podcast* na comunicação institucional. Se a plataforma deu uma nova configuração a conceitos tradicionais como os de “comunicação interna” e “externa”, o *podcast* pode permitir o consumo de conteúdos adaptáveis a públicos a uma escala global, integrando elementos do “jornalismo institucional”, do “marketing de conteúdo” e da “interação digital”. No entanto, o investigador da Universidade Federal do Maranhão, no Brasil, não deixa de chamar a atenção para a necessidade de se repensar o *podcast* enquanto género, através da criação de novas sínteses de formatos que levem mais além as suas efetivas possibilidades.

Na terceira parte estão agrupados textos que dedicam uma atenção particular à comunicação social e ao jornalismo. O futuro da comunicação pública, dos *media* e da democracia está também a construir-se na forma como as sociedades gerem os desafios colocados pelas tecnologias da informação. Luciellen Lima faz uma reflexão sobre o conceito de “experiência” para, a partir dele, discutir a relação íntima do jornalismo com a tecnologia. Para a investigadora da Universidade Federal da Bahia (Brasil), a experiência é o elemento que diferenciará o jornalismo sintético, realizado pelos *chatbots*, do jornalismo humano, que não dispensa os jornalistas.

Este é também o objeto principal da reflexão de João Canavilhas. Em “Jornalismo Sem Jornalistas? Responde a Inteligência Artificial”, o investigador da Universidade da Beira Interior (Portugal) ensaia um diálogo entre o que dizem os autores de referência sobre o assunto e a própria inteligência artificial (IA), nomeadamente o ChatGPT (OpenAI) e o Bard (Google). No caso em estudo, salienta-se que uma parte importante da produção científica dos autores de referência é de acesso fechado e, portanto, não facilmente acessível aos dois *chatbots*. Canavilhas revela que, na linha do que dizem os especialistas, os *chatbots* consideram também que a IA generativa não conseguirá substituir o jornalismo realizado por profissionais: a capacidade de raciocínio dos jornalistas permite-lhes fazer interpretações e ter uma criatividade que a IA não consegue realizar, no seu estágio atual de desenvolvimento.

O estudo realizado por Pedro Brinca sobre “A Regulação da Comunicação Social em Timor-Leste” mostra, por outro lado, como pensar conceitos, como “lusofonia”, por exemplo, é uma forma de agir. Para o investigador, a ideia de comunidade de língua está a servir de base para a criação de quadros reguladores da comunicação social entre os países de língua portuguesa. No entanto, o autor alerta para o facto de nem sempre a letra e o espírito da lei coincidirem, gerando por vezes apropriações e práticas contraditórias. No caso particular de Timor-Leste, Pedro Brinca considera que essas contradições podem resultar de uma longa série de dependências, primeiro da ditadura do Estado Novo, depois da ditadura militar indonésia, mas às quais não será alheia também uma cultura tradicional que distingue o poder dos *ema boot* (pessoas grandes) dos que têm a obrigação de obedecer, os *ema kiik* (pessoas pequenas). Para o autor, essas especificidades históricas representam um difícil legado para o futuro incerto da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, no mais jovem país de língua oficial portuguesa e da sua democracia.

Os desafios da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa são também o tema principal da análise de José Manuel Simões, neste caso sobre a Região Administrativa Especial de Macau. Falamos da região do mundo

com maior densidade de órgãos de imprensa por número de habitantes e que tem a particularidade de condensar numa mesma geografia diferentes multividades, culturas e tradições normativas sobre o jornalismo. O investigador da Universidade de São José, em Macau, hesita em traçar o futuro da liberdade de expressão e de imprensa na Região Administrativa Especial de Macau. Num território que, em 1999, depois de mais de 400 anos de presença portuguesa, regressou à administração chinesa, o futuro da liberdade de expressão e de imprensa parece depender da forma como as autoridades políticas e a sociedade civil gerem o modelo de um país, dois sistemas. O futuro dirá se estamos perante uma expressão estritamente estratégica para uso da retórica diplomática, visando apenas a integração territorial num mesmo espaço político, ou se se trata de um modelo de sociedade criativo destinado a promover a convivência e a diversidade, num espaço político imenso de povos e culturas distintos.

O apagamento das vozes locais em detrimento dos poderes dominantes é evidenciado no trabalho de WeiQi Mei acerca da cobertura noticiosa realizada por dois jornais de referência, da China e de Portugal, no processo de transição administrativa de Macau, de Lisboa para Pequim, em dezembro de 1999. Em ambos os casos, verifica-se que os jornais alinharam as suas vozes pela dos respetivos Governos, em detrimento dos pontos de vista da comunidade macaense.

Na diversidade de registos, temas e perspetivas críticas, os artigos que compõem esta edição sinalizam algumas das preocupações científicas do campo da comunicação no espaço geo-político e geo-cultural de língua portuguesa. Estarão longe de ser um retrato fechado desta área na esfera da lusofonia, mas darão pistas do modo como têm sido interpretados pela comunidade de investigadores falantes de português os desafios do tempo presente.

*Carlos Camponez  
Madalena Oliveira*

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).